

EDUCAÇÃO

Chegou o novo ano letivo e uma nova forma de ensinar

Todas as escolas vão poder **gerir até 25% do currículo**. É a novidade do regresso às aulas, depois de um ano de testes



Na Escola do Freixo há uma sala de aula onde mesas, cadeiras e quadros se movem para criar diferentes ambientes de ensino FOTO LUCÍLIA MONTEIRO

ISABEL LEIRIA

Ao longo do último ano letivo, durante uma semana em cada mês, os alunos do 5^ªA, do 5^ªB e do 5^ªC da Escola Básica Professor Oscar Lopes, em Matosinhos, saíam da rotina. No horário, não constavam a aula de Matemática, de Português, de Ciências ou Educação Física. Não trabalhavam só com um professor, mas com vários. E sobretudo, não ficavam sentados a ouvir, com o manual aberto na página indicada.

Para cada um desses períodos os conselhos de turma definiam um tema e um projeto a realizar, que tanto implicava a aplicação prática de conhecimentos previstos nos diferentes programas, como o treino de várias competências.

Mais a sul, no Agrupamento de Alcanena, o tema escolhido — “Caminhando ao Longo da Nossa História” — foi comum a todas as turmas do 1^º, 5^º 7^º e 10^º ano, trabalhado dentro e fora da sala. Os alunos foram aprender para as grutas de Mira d’Aire, encontraram-se com professores das faculdades de Ciências de Coimbra e da Nova de Lisboa, contactaram a NASA e apresentaram projetos em congressos. No final do ano letivo, uma Feira do Tempo, realizada durante dois dias, mostrou à população local o que tinham aprendido.

Na Escola do Freixo, os três períodos foram substituídos por dois semestres e os diretores de turma deram lugar aos diretores de alunos, cada um responsável por grupos mais pequenos de estudantes.

O que têm em comum estes projetos? Todos nasceram da necessidade sentida pelos professores de passar a ensinar de forma diferente, com outras expectativas e acessos a outros

recursos. E todos foram autorizados pelo Ministério da Educação, que aceitou aumentar os níveis de autonomia destas escolas na gestão do currículo, das turmas e dos tempos.

O peso dos exames

Os dois primeiros casos integraram o Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC), testado em 226 escolas públicas e privadas ao longo do último ano letivo (ver caixa), e que pode ser agora experimentado por todos os estabelecimentos de ensino do país que quiserem. O último integra um lote mais restrito de seis escolas, que têm uma espécie de nível superior de acesso à autonomia (ver caixa). O objetivo é comum: assegurar que todos os alunos aprendam sem exceção, de forma mais contextualizada, desenvolvendo as competências que se entendem fundamentais no mundo de hoje, como a capacidade de pesquisa, de definição de projetos, aplicação prática de conhecimentos, resolução de problemas ou comunicação.

As escolas podem usar até 25% da carga horária para adotar outras estratégias, desde a combinação parcial ou total de disciplinas, a substituição

Alunos de Alcanena aprenderam nas grutas de Mira d’Aire, encontraram-se com docentes universitários, contactaram a NASA e apresentaram projetos em congressos

de horas em sala de aula por projetos multidisciplinares, dentro e fora da escola, até à divisão ou mesmo eliminação da organização “turma” por um determinado tempo. É a grande novidade deste ano letivo.

Quem já mudou rotinas e práticas, entre os alunos e também professores, fala de um maior entusiasmo e envolvimento dos alunos, de melhores resultados, aprendizagens com mais sentido e em ganhos para a escola.

Em breve será divulgada uma avaliação do PAFC, coordenada pela professora da Universidade do Porto, Ariana Cosme, e as conclusões apontam em vários sentidos. “Como o projeto decorreu de forma voluntária, este grupo de escolas apresentava, à partida, melhores condições para ter sucesso. Isso notou-se no entusiasmo com que avançaram, no investimento que realizaram”, resume a coordenadora científica da avaliação, feita a partir de um inquérito a 130 escolas que participaram no projeto-piloto e ainda grupos de discussão com diretores, docentes e alunos.

Mas outro traço que também ficou evidente é que as escolas estão em “estádios de desenvolvimento muito diferentes”, pelo que umas foram mais ambiciosas na mudança e outras usaram estratégias mais “defensivas”. Agora que a experiência é alargada a todo o sistema, seguramente que o mesmo acontecerá no país.

Assim como também é previsível que as escolas com turmas do secundário adiram em muito menor número. Na amostra de 130 escolas analisada por Ariana Cosme, apenas 26 avançaram com o projeto em turmas do 10^º ano. O motivo é fácil de identificar e chama-se “exames nacionais”.

Uma vez que as provas de

conclusão do secundário são igualmente determinantes para o acesso ao ensino superior, muitos diretores optam por não arriscar. “A preparação para os exames torna-se uma responsabilidade quase obsessiva para professores, alunos e famílias”, refere a professora da Universidade do Porto. E de lado acabou por ficar outras formas alternativas de avaliação — relatórios, trabalhos de grupo, projetos — defendidas no plano de flexibilização e autonomia curricular.

Encurtar programas

O Agrupamento de Alcanena foi um dos que decidiram integrar o 10^º na experiência, incluindo as disciplinas sujeitas a exame nacional. “É perfeitamente possível trabalhar e avaliar os alunos de outra forma, mantendo o rigor e a exigência”, garante a diretora Ana Cláudia Cohen, admitindo que a definição de aprendizagens essenciais para cada uma das disciplinas “ajuda”.

Estas aprendizagens essenciais foram aprovadas este ano e traduzem-se num conjunto de competências e conhecimentos mínimos que todos os alunos têm de ter adquirido no final de cada ano letivo. Na prática,

Quem já mudou rotinas e práticas fala de mais entusiasmo dos alunos, aprendizagens com mais sentido, melhores resultados e ganhos para a escola

TRÊS PERGUNTAS A

Tiago Brandão Rodrigues

Ministro da Educação

Que balanço faz da experiência do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC), agora alargada a todas as escolas?

“Foi muito positivo ver a resposta que as escolas do projeto-piloto deram ao desafio. Isso foi evidente na planificação que fizeram, com aposta na constituição de equipas educativas e com um planeamento integrado do currículo. Foi também evidente em práticas de inovação pedagógica, com configurações diferentes das salas de aula e formas de ensinar. Ou ainda na construção de instrumentos de avaliação diversificados. Outro ganho importante foi o instrumento de acompanhamento montado, que potenciou a partilha de práticas entre escolas, públicas e privadas. Houve uma vontade grande de refletir e discutir. E ouvimos os alunos a dizer: “assim aprendo melhor”, “assim estou mais motivado”.

Caberá a cada escola definir se quer, e em que medida, aproveitar a autonomia que agora lhe é dada. Não há o risco de se vir a ter um sistema a duas velocidades, com escolas muito inovadoras e outras estagnadas?

“O sistema de ensino, tal como a sociedade, tem assimetrias. Seria ilusório pensar que funciona como um monobloco e todo ele a uma só velocidade. A autonomia é um instrumento de contextualização, que permite que as escolas encontrem as estratégias mais adequadas para garantir que todos aprendem. Compete-nos fomentar o conhecimento entre escolas, a partilha de práticas e garantir que as melhores experiências sejam divulgadas.

Na avaliação que fez, a OCDE disse que há uma “tensão” entre a filosofia do PAFC e um sistema de avaliação assente em exames. E que algum ajustamento teria de ser feito. Concorda?

“A partir deste ano, progressivamente, os referenciais para a avaliação externa são as Aprendizagens Essenciais e o Perfil dos Alunos. Mas há que desmistificar este problema, que é apontado com preocupação por muitos. Numa análise recente feita pelo Instituto de Avaliação Educativa constatou-se que as principais dificuldades nos exames — mesmo dos melhores alunos — não está nos itens que envolvem memorização, mas nos itens que requerem mobilização de conhecimento, análise, interpretação. Estas são exatamente as competências inscritas no Perfil dos Alunos que se pretende trabalhar através da flexibilidade. Por isso, um trabalho promovido desta forma tem um enorme potencial de contribuir para uma melhoria dos resultados nas provas.